

ANALISE DO PROCESSO AVALIATIVO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA PIAUÍ

Darlison Fontenele Sampaio¹, Valéria Louhany Marques dos Santos², Maria Isnaria dos Santos Oliveira³, Maria Sueli Lopes da Silva⁴

¹Graduanda em Ciências Biológicas, Universidade Federal do Piauí - Campus Ministro Reis Velloso, UFPI/CMRV - darlisonfontenele@hotmail.com

²Graduanda em Ciências Biológicas, Universidade Federal do Piauí - Campus Ministro Reis Velloso, UFPI/CMRV - val_louhany@hotmail.com

³Graduanda em Ciências Biológicas, Universidade Federal do Piauí - Campus Ministro Reis Velloso, UFPI/CMRV - isnaryasilva0808@gmail.com

⁴Orientadora, Professora da Universidade Federal do Piauí - Campus Ministro Reis Velloso, UFPI/CMRV - ms.ls10filo@gmail.com

1. Introdução

A avaliação tem um papel indispensável no cotidiano das atividades humanas. A todo momento estamos sendo avaliados, questionados, sobre as mais diversas circunstâncias. Na educação formal o processo avaliativo é constante, podendo ser utilizado como instrumento de controle, regulação ou emancipação. O que diferencia os diversos tipos de avaliação é a forma como os dados obtidos através dela são analisados e os resultados que são gerados a partir da mesma (AFONSO, 2000).

No processo educacional, a avaliação da aprendizagem é empregada na forma de exames quantitativos e qualitativos, os quais na maioria das vezes é a única forma utilizada pelos docentes para analisar o mecanismo de ensino-aprendizado, ou seja, verificar se o conhecimento está sendo assimilado pelos alunos. Porém o modelo atual de avaliação do ensino de base está vinculado à aplicação de provas com o objetivo de gerar uma nota quantitativa, que muitas vezes é usada como forma de punição e ameaça como um elemento motivador da aprendizagem. (COCCO; SUDBRACK, 2012).

O mecanismo avaliativo é uma atividade política que, através de alguns procedimentos, procura manter o controle, a organização, seja de uma sala de aula quando realizada pelos professores, seja de uma instituição escolar quando aplicada pelo Estado. A avaliação pode ser

entendida como uma relação de dominação que “[...] contribui para fabricar imagens e representações sociais positivas ou negativas que, consoante os casos, levam à promoção ou estigmatização dos alunos, justificando a sua distribuição diferencial na hierarquia escolar” (AFONSO, 2000, p. 21).

Os processos avaliativos devem estar pautados em um viés bilateral, ou seja, tanto o professor ensina, quanto aprende com os seus alunos. Os alunos, ao ingressarem na escola já trazem inúmeros saberes que devem ser levados em consideração no processo de construção do conhecimento, porém a avaliação escolar usualmente adotada nas escolas atuais tem sido uma maneira de selecionar e comparar os discentes através de notas quantitativas, gerando muitas vezes competitividade e desigualdade dentro das instituições de ensino que por sua vez deveriam presar pela igualdade (SHIGUNOV, 2002).

Ao avaliar, é de extrema importância que o docente leve em conta o processo como um todo, pois uma única ferramenta não consegue “medir” as aprendizagens dos educandos. Contudo, durante muito tempo a prova foi utilizada como um instrumento de avaliação unicamente quantitativa e probatória, sendo empregada pelos professores como mecanismo de controle e coerção da turma. Sua única função era a quantificação do conhecimento, e seu resultado era atribuído ao sucesso ou fracasso dos que a realizassem. Entretanto, através de estudos acerca das condições de ensino-aprendizagem, verificou-se que a prova pode contribuir em larga escala para o alcance dos objetivos propostos pela a escola, no caso, a aquisição dos conhecimentos pelos educandos (AFONSO, 2000).

O propósito das avaliações é de fundamental importância não somente para avaliar o processo de aprendizados dos aluno, mais também para que o professor reflita sobre a sua prática pedagógica dentro do ambiente escolar, podendo ser usada como meio para análise e modificação dos recursos didáticos utilizados pelo docente, com a finalidade de alcançar maior êxito no mecanismo de ensino-aprendizado dos alunos, entende-se que educar é fazer ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente. (SHIGUNOV, 2002).

Segundo Esteban (2001),

“Avaliar o aluno deixa de significar um julgamento sobre a aprendizagem do aluno, para servir como modelo capaz de revelar o que o aluno já sabe, os caminhos que percorreu para alcançar o conhecimento, o que o aluno não sabe, o que pode vir a saber, o que é

potencializado e revelado em seu processo, suas possibilidades de avanço e suas necessidades para a superação, sempre transitória, do saber” (p. 156).

A avaliação deve estar a serviço da promoção da aprendizagem e do desenvolvimento dos alunos. Para isso é necessário que o professor desenvolva formas diagnósticas que permitam o repensar de suas práticas e instiguem a formação crítico-reflexivo dos educandos. Diante disso, levanta-se a seguinte questão: As provas aplicadas por professores de ciências e biologia estão de acordo com os atuais objetivos da avaliação?

Com base nesse questionamento, o presente trabalho teve como objetivo analisar provas de ciências e biologia de escolas da rede pública do município de Parnaíba Piauí com a finalidade de observar como é realizado na prática o processo de avaliação destas disciplinas nessas instituições de ensino.

2. Materiais e métodos

Foram analisadas provas de seis escolas da rede pública de ensino do município de Parnaíba-PI, sendo elas instituições de nível fundamental e médio, através de uma conversa previa com os docentes ministrantes dessas disciplinas, explicando-os o objetivo da pesquisa, os mesmos disponibilizaram este material para a análise. Nas instituições foram coletadas provas do ensino fundamenta, do 6º ao 9º ano, e do ensino médio do 1º ao 3º ano, sendo obtidos três exemplares de cada série, as mesmas passaram por uma análise qualitativa baseada em uma ficha avaliativa, levando em consideração características indispensáveis na construção de uma avaliação, tais como objetivo da avaliação, tipos de conteúdo, classificação das questões, forma das questões, contextualização das questões, presença ou ausência de imagens, entre outras.

3. Resultado e discussões

As avaliações analisadas apresentavam uma alta riqueza de detalhes, com questões de múltipla escolha, cruzadinhas, caça-palavras, questões abertas, de completar, de associação, interpretação, de aplicação do conhecimento, porém algumas questões formuladas de forma direta pelo professor exigiam que os alunos conseguissem reproduzir os conteúdos, pois a resposta é limitada ao conceito.

De modo geral todas as provas analisadas seguem a mesma estrutura de elaboração, contendo formas de questões variadas: fechadas, abertas, de completar, de associação, de múltipla



escolha e problemas de verdadeiro ou falso. Considerando que as questões que constituem as avaliações são dispostas algumas de forma contextualizada, ou seja, contendo informações no enunciado que submetem o discente a uma situação com o objetivo de subsidiar a identificação da resposta correta, e questões com pretextos, que apenas fornece informações ligadas ao que se pergunta diretamente, diferindo na maioria das vezes, apenas a forma como as questões estão dispostas.

As estruturas observadas nas avaliações, objetivam apenas a mensuração dos conteúdos aprendidos, corroborando com a quantificação do aprendizado, tendo como objetivo principal a obtenção de uma nota aprovativa ou reprovativa, as mesmas são constituídas de conteúdos de ordem conceitual, ou seja, estão voltadas apenas para a aquisição dos conceitos referentes aos assuntos, negligenciando a realização das práticas (procedimentais) e os diálogos de convivência com o mundo (atitudinais).

Para Rabelo (1998) a o processo avaliativo não deve ter como finalidade principal a quantificação do aprendizado, não podendo confundir avaliação com nota, dessa forma não se deve utilizar o termo nota como sinônimo de avaliação. A nota deve ser vista como um dos mecanismos para relatar os resultados de uma avaliação. Segundo o autor a avaliação deve pode e deve alimentar, frequentemente o diálogo entre o aluno e o professor.

A função da avaliação nas referidas provas é somativo, sendo assim os critérios estão voltados para a quantificação do resultado, o professor apenas atribuirá uma nota, para estimar o aprendizado do aluno, e classifica-lo ou não. Tal função, vai de encontro aos objetivos diagnósticos e formativos da avaliação. Ou seja, o professor não busca investigar os conhecimentos prévios do aluno e desvaloriza os avanços obtidos no processo.

Como afirmado por Haydt (1988), a avaliação somativa, com função classificatória, realiza-se ao final de um curso, período letivo ou unidade de ensino, e consiste em classificar os alunos de acordo com níveis de aproveitamento previamente estabelecidos, geralmente tendo em vista sua promoção de uma série para outra, ou de um grau para outro.

De maneira geral, as questões apresentam uma linguagem direta e adequada à faixa etária do aluno, apresentando-se de forma clara e concisa, o que minimiza tanto o tempo de leitura quanto os riscos de distração por parte do aluno. A contextualização fica a cargo de textos-base diretos, que subsidiam a resolução das proposições, porém, vale ressaltar que alguns enunciados tomam como base apenas pretextos, que só trazem informações desvinculadas a resolução das perguntas.

Os tamanhos das alternativas são similares, o que exclui a possibilidade do aluno relacionar a resposta correta à extensão da mesma. Um ponto a ser ressaltado, volta-se para o carácter de memorização dos conteúdos dispostos nas questões. Foi possível perceber que há uma grande quantidade de questões, entre abertas e fechadas, que exigem a aquisição dos conteúdos postos no livro didático, de modo que o aluno apenas decodifica o que “aprendeu”, sendo assim, na maioria das vezes ele não é levado a refletir criticamente sobre os conhecimentos.

Abrecht (1994, p. 69), afirma que “[...] a verdadeira avaliação começa no momento em que se põe o aluno a refletir sobre os objetivos que lhe são propostos”. Segundo Hoffmann (1995, p. 153), avaliação significa a ação provocativa do professor, “[...] desafiando o educando a refletir sobre as situações vividas, a formular e reformular hipóteses encaminhando-se a um saber enriquecido”.

4. Conclusão

Apesar de todas as avaliações valorizarem a aprendizagem, foi possível observar uma grande quantidade de questões conceituais, que exigem dos alunos a memorização do conteúdo, porém a memorização pode ser vista como o passo inicial para a aprendizagem e interpretação de determinadas situações.

O uso de questões variadas com a apresentação de cruzadinhas, de imagens, caça-palavras e outros aspectos, se mostra como uma ótima ferramenta que visa a aplicação do conhecimento sob várias finalidades de interpretação, ação e resolução de problemas nos mais diversos contextos de vida estudantil e da própria realidade. Trabalhos nessa temática contribuem como mecanismos de análises dos processos de avaliação atualmente empregados no ensino de base, e que através desta possa ser desenvolvido meios avaliativos mais dinâmicos que não visem apenas o quantitativo, e sim, valorizem o aprendido concreto dos discentes.

Referências bibliográficas

ABRECHT, R. **A avaliação formativa**. Rio Tinto. Portugal: Edições Asa, 1994.

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2000.

ATTOS, L. G. O conselho de classe e a construção do fracasso Escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 215-228, maio/ago, 2005.

COCCO, M. E.; SUDBRACK, E. M. 2012. Avaliação no contexto escolar: regulação e/ou emancipação. In: **IX ANPED Sul**, seminário de pesquisa em educação da região sul, 2012.

ESTEBAN, M. T. **A Avaliação no Cotidiano Escolar**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HAYDT, R. C. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1988.

HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 1995.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RABELO, E. H. **Avaliação: novos tempos e novas práticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SHIGUNOV, A. N.; SHIGUNOV, V. **Educação Física: Conhecimento Teórico X Prática Pedagógica**. Porto Alegre: Mediação, 2002.